

## Valério Winter

Geógrafo - INEA RJ; Doutorando em Geografia - PPGEU UERJ; Pesquisador Laboratório de História Ambiental UERJ  
winter.valerio@gmail.com

*Artigo recebido em:*

26/04/2017

*Artigo publicado em:*

31/07/2017

## DA NATUREZA COMPARTILHADA A NATUREZA APROPRIADA - UMA HISTÓRIA AMBIENTAL NA SERRA DE PETRÓPOLIS, RJ

From Shared Nature to Appropriate Nature – An Environmental History in the Serra de Petrópolis RJ

La naturaleza compartida de la naturaleza apropiada - Una historia ambiental en la Sierra de Petrópolis RJ

### RESUMO

O presente trabalho é parte de pesquisa de doutorado realizada junto ao Laboratório de Pesquisa em História Ambiental UERJ. Trata-se de Revisão Bibliográfica que subsidiou a análise de textos e documentos que faz parte da pesquisa em curso. O objetivo é entender como populações nativas, europeus e neobrasileiros se relacionaram com a natureza na conquista e a ocupação do território no qual hoje se encontra a cidade de Petrópolis RJ. Baseamos nossos questionamentos em autores oriundos da Geografia Cultural e História Ambiental. Encerramos discorrendo sobre a transformação do lugar por meio da relação homem/natureza. Observou-se uma relação entre a transformação da paisagem local com a modificação da percepção dos habitantes sobre a natureza.

**Palavras-chave:** Geografia, História Ambiental, Mata Atlântica.

### RESUMEN

El presente trabajo es parte de investigación de doctorado realizada junto al Laboratorio de Investigación en Historia Ambiental UERJ. Se trata de Revisión Bibliográfica que subsidió el análisis de textos y documentos que forma parte de la investigación en curso. El objetivo es entender cómo las poblaciones nativas, europeas y neobrasileñas se relacionaron con la naturaleza en la conquista y ocupación del territorio en el que hoy se encuentra la ciudad de Petrópolis RJ. Basamos nuestros cuestionamientos en autores oriundos de la Geografía Cultural e Historia Ambiental. Terminamos discurrendo sobre cómo transformar el lugar por medio de la relación hombre / naturaleza. Se observó una relación entre la transformación del paisaje local con la modificación de la percepción de los habitantes sobre la naturaleza.

**Palabras clave:** Geografía, Historia Ambiental, Bosque Atlántico

### ABSTRACT

This work is part of a PhD research carried out at the UERJ Environmental History Research Laboratory. It is a Bibliographic Review that subsidized the analysis of texts and documents that is part of the research in progress. The objective is to understand how native populations, european and brazilian were related to nature in the conquest and occupation of the territory in which today is the city of Petrópolis RJ. We base our questions on authors from Cultural Geography and Environmental History. We ended by discussing the transformation of the place through the man/nature relation. A relation between the transformation of the local landscape and the modification of the inhabitants' perception of nature was observed.

**Keywords:** Geography, Environmental History, Atlantic Forest.

## INTRODUÇÃO

O sítio urbano de Petrópolis cresceu nos vales assimétricos do topo da serra, formados entre as vertentes de montes e morros. Esses terrenos são drenados por centenas de rios e córregos que formam as bacias dos rios Quitandinha, Palatinato e Preto, todas tributárias do Piabanha, o maior rio da região e principal afluente da margem direita do Rio Paraíba do Sul.

A paisagem atual da região, composta pelo rio Piabanha, vertentes, montes e morros, na sua maior parte ocupados pelos objetos e atores urbanos que pressionam a Floresta Atlântica, foi construída ao longo de milhões de anos, transformada, adaptada, substituída e reconstruída. O atual município de Petrópolis é resultado do acúmulo de tempo geológico e cultural, partindo de uma construção social e histórica por diferentes grupos que se apropriaram da natureza e nela deixaram suas marcas.

No presente artigo, nosso objetivo é entender a relação homem/natureza nos primórdios da ocupação da serra fluminense e responder a seguinte questão: A forma com que os homens percebem e se apropriam da natureza, em um determinado período histórico, condicionam o futuro?

Ao longo desse artigo voltamos aos primórdios da Mata Atlântica local e seus primeiros habitantes. Utilizamos Ribeiro (1995), Dean (1996), Holanda (2000), Oliveira (2010) e Cabral (2014) para subsidiar a interpretação de relatos e imagens de viajantes europeus que vieram ao Brasil a partir da segunda metade do século XVIII.

O artigo está estruturado da seguinte forma:

Iniciamos apresentando a origem e formação da Mata Atlântica pelo olhar da Geografia de Aziz Ab'Saber e Jurandir Ross, da História Ambiental de Rogério Ribeiro de Oliveira, Warren Dean e Diogo Carvalho Cabral e da ecologia do passado em Salgado – Laboriau.

Em a “A cidade dos índios e a natureza compartilhada”, para o entendimento da relação dos indígenas com a mata, apresentamos o resultado das análises de relatos de viajantes e naturalistas que visitaram o Brasil entre os séculos XVI e XVIII

Em “Os primeiros colonos”, “A natureza apropriada” e “A cultura das quei-

madás”, reunimos pesquisas que relatam a conquista da serra e fluminense e a relação de portugueses e neobrasileiros com a natureza.

Encerramos a discussão relacionando a transformação da paisagem local com a modificação da percepção dos habitantes sobre a natureza, com os índios uma “natureza compartilhada” e com os neobrasileiros uma “natureza apropriada”, o que abriria espaço para as novas concepções que chegam a região no século XIX, a de uma “natureza planejada”.

## Mata Atlântica origem e formação

O nome “Mata Atlântica” tem sua origem com os colonizadores portugueses que, ao deparar-se com a muralha verde que se agigantava em seu caminho, perceberam que aquele ambiente era tão rico quanto o oceano que os trouxe do velho continente. Naquele momento, o enclave colonial português nascia em entrepostos comerciais na planície litorânea da América do Sul. Somente alguns ousavam aventurar-se pelas trilhas indígenas que cortavam o extenso paredão que separava o litoral do interior desconhecido do continente, presumivelmente rico em ouro e prata. Quinhentos anos depois o termo Mata Atlântica refere-se a uma grande variedade de matas tropicais úmidas que ocupam o litoral do Brasil e que seguem tentando sobreviver ao longo da umidade proporcionada pelos ventos alísios do Sudeste.

Estamos no domínio das florestas tropicais, denominado por Aziz Ab'Saber (2013, p.16), como “Domínio dos Mares de Morros Florestados”. Possui um território com cerca de 650 mil quilômetros quadrado que se estende no sentido sul – nordeste do Brasil Tropical Atlântico. Os mares de morros possuem uma morfologia singular. São elevações mamelonares (em forma de meia laranja) nas quais floresceram as florestas tropicais. Em seu estado primário, esse complexo sistema ocupou cerca um milhão de quilômetros quadrados, o que corresponde a um quarto do que é hoje a Amazônia Brasileira (IDEM, 2003). Oliveira (2007) ressalta que a Mata Atlântica não é um único biótopo, mas uma variedade de biótopos ligados por similaridades geocológicas comuns, com particularidades determina-

das por diferentes condições de evolução.

Essa imensa diversidade tem sua origem em diferentes fatores. Segundo Salgado – Laboriau (1994), a maioria das famílias de angiospermas modernas surgiram a 70 milhões de anos, ainda na era mesozoica ao final do cretáceo. Trata-se de uma ampla faixa de floresta que cobre formações geomorfológicas distintas, resultante dos processos responsáveis pela deriva continental e formação do que é hoje a América do Sul, África e os oceanos Pacífico e Atlântico. O período foi marcado por uma intensa agitação geológica. Movimentos tectônicos levantaram inúmeros blocos de montanhas, incluindo a Serra do Mar que se estende por 1.500 quilômetros ao longo do litoral sul/leste do Brasil, percorrendo o que são hoje os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (ROSS, 2008).

Em uma fase inicial, a formação era caracterizada por grandes montanhas que foram sendo moldadas pela ação dos ventos e da água. Os blocos de montanhas formaram barreiras que concentraram a umidade do oceano em pontos específicos do território, criando as condições necessárias para a instalação de uma imensa biodiversidade.

Para Cabral (2014), as oscilações climáticas dos últimos 60 milhões de anos são responsáveis pela transformação do estrato vegetal que forma a mata atlântica. Em uma espécie de “movimento sanfona”, a floresta atlântica vem se expandindo ou contraindo, “(...) em intervalos mais ou menos constantes, glaciações vieram e foram, derrubando e elevando novamente as temperaturas (...) nessa gangorra climática, a temperatura oscilava em 8° ou 9°C” (CABRAL, 2014, p.35).

Com o fim da última glaciação, a cerca de 10.000 anos, inicia-se o Holoceno, período em que as florestas atingiram seu auge. Passados cinco mil anos a temperatura já estava a cerca de 2° da atual. No entanto, na transição entre o Holoceno para o Antropoceno, “entre os grands défrichements medievais dos séculos XI e XIII e a incorporação maciça dos combustíveis fósseis na economia europeia, no século XIX” (CABRAL, 2014, p.36), ocorre um esfriamento com aumento dos índices pluviométricos (SALGADO-LABOURIAU, 1994).

Outro fator responsável pela diversidade biológica da floresta tropical é a topografia. Só entre o fundo da Baía da

Guanabara ao topo da Serra dos Órgãos existe uma variação de 2 mil metros, distantes 50 km entre os dois pontos. A orientação das encostas provoca variedade na incidência de radiação solar; a diferença de altitude provoca diferentes temperaturas; a diversidade de terreno aliado ao fluxo dos ventos gera altos índices pluviométricos que drenam as encostas íngremes e formam várzeas alagadiças (CABRAL, 2014).

Em seu estado primário, esse bioma possui árvores com copas que variam de 30 a 60 metros de altura formando o dossel. Os troncos lisos ramificam-se no alto constituindo as copas que, nos indivíduos mais altos, formam uma massa de folhas e galhos com copas vizinhas que chegam a barrar os raios solares. Em áreas intermediárias surgem os sub-bosques, área de intensa competição por umidade e luminosidade. Em diversas árvores crescem outras espécies (cipós, bromélias, orquídeas e outras). O solo é forrado pela deposição e decomposição de folhas e demais restos da vegetação, proporcionando nutrientes, proteção e alimento para insetos, fungos e animais (AB’SABER, 2003). A constante reciclagem e troca de nutrientes revive e mantém a floresta (ROSS, 2008), criando a sua maior riqueza e ao mesmo tempo sua maior fragilidade, a imensa biodiversidade.

A floresta tropical é diferente das florestas temperadas que são mais resistentes ao frio e adaptáveis aos verões curtos, o que não favorece à diversidade de espécies, mas as fazem resistentes e descomplicadas em relação a ação antrópica. Isso “não as impede de se reconstruírem, a menos que sejam cobertas por asfalto” (DEAN, 1996, p.23). As florestas tropicais são bem mais frágeis, seu desaparecimento é irreversível: “Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável” (IDEM).

A história da Mata Atlântica segue a mesma lógica de exploração e destruição ocorridas nas florestas de todo o planeta. Segundo Dean (1996), o resultado do choque entre o universo humano com o natural sempre foi trágico. Por não possuir os equipamentos naturais que o possibilitariam viver no ambiente de uma floresta tropical, composta por inúmeras espécies de plantas e animais em contínua interação, o homem precisa alterar e reinventar, ou seja, destruir.

Se as chamadas sociedades tradicio-

nais interagiram com a mata de forma mais ou menos equilibrada durante longos períodos históricos, em contrapartida outras formas de apropriação foram altamente prejudiciais a esse mesmo sistema, o que nos leva a considerar que não existem “inocentes” no balanço geral da devastação, todos tiveram parcela de responsabilidade no resultado final. (DEAN 1996)

## A cidade dos índios e a natureza compartilhada

A antropologia e a arqueologia vêm corroborando pesquisas que estimam entre 60 a 100 milhões a população do continente americano a época em que chegaram os primeiros conquistadores europeus. Nesse contexto, os choques culturais, embates bélicos e trocas comerciais eram muito mais comuns e constantes do que se supunha (CASTRO, 1993).

Dessa forma o “mito da natureza intocada” perde sentido (DIEGUES, 2000), uma vez que as “florestas virgens”, na verdade estavam mescladas a “paisagens antropizadas” por povos indígenas que possuíam técnicas específicas, abriam trilhas que conectavam grupos e lugares e possuíam conhecimentos do meio natural adquiridos por meio de uma milenar transmissão cultural (SHELLARD, 2015).

Com a chegada do conquistador, armas e germes causaram enorme devastação. Só na região sudeste do Brasil, o encontro com franceses e portugueses levou a epidemias responsáveis pela morte de 90% dos habitantes locais, o que forçou o nomadismo em direção aos sertões e planaltos do interior (DEAN, 1996).

Darcy Ribeiro (1995) lembra a análise do sociólogo Florestan Fernandes que, no livro “A organização social dos Tupinambás”, estimou que, nos primeiros anos da chegada dos portugueses ao Brasil, existiam cerca de 1 milhão de indígenas que habitavam o litoral do atual Estado do Rio de Janeiro, estando os mesmos divididos em centenas de aldeias que possuíam de 300 (trezentos) a 2 mil habitantes cada, o que seria aproximadamente a mesma população de Portugal na época. Esses grupos eram de origem Tupi e haviam chegado a região séculos antes desalojando outras etnias de matrizes culturais distintas (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Sua condição evolutiva de grupo em

nível tribal fazia com que não existisse nações indígenas, mas sim grupos de famílias linguísticas que, em algum momento, se dividiam em: “novas entidades autônomas que, afastando-se umas das outras, iam se tornando reciprocamente mais diferenciadas e hostis” (RIBEIRO, 1995, p. 33). E foi em busca de um “sítio privilegiado”, que um grupo oposto aos Tupis- Guarani do litoral, uma nova “entidade autônoma”, chega ao sertão serrano. Denominados pelos portugueses como Coroados, graças a seu corte de cabelo em forma de coroa, esse grupo étnico habitava inicialmente o vale do médio Rio Paraíba do Sul.

Não existem registros exatos da chegada dos Coroados à região serrana fluminense. Spix e Martius (1981) constataram que os Coroados já habitavam os sertões do Rio Preto, afluente da margem direita do Rio Piabanha, antes de 1789. Segundo outro viajante, o naturalista alemão Príncipe Maximilian Wied-Neuwied (1940), a etnia teve sua origem a partir de um grupo de índios Coropós subjugados pelos Goitacás, oriundos do que é hoje o município de Campos em data muito anterior a chegada dos portugueses.

As análises de textos e documentos nos levam a conclusão de que os europeus denominavam de Coroados a todos os grupos étnicos que habitavam o vale do Rio Paraíba do Sul e até mesmo de regiões mais distantes. Existem narrativas de índios Coroados também no Sul do Brasil, interior de São Paulo e Minas Gerais (FREIRE; MALHEIROS 2010). Outros grupos eram denominados de Tapuais, “designação aplicada pelos colonizadores a todos os grupos nativos que não falavam a língua geral Tupi-guarani” (CABRAL, 2014<sup>a</sup>, p.99)

Não se sabe ao certo quem eram os primeiros Coroados que chegaram a serra de Petrópolis. Poderiam ser grupos de caça ou sobreviventes de guerras territoriais contra portugueses ou outras etnias. Pode-se afirmar que as características do terreno levam a estimar que esse grupo entrou no sertão serrano acompanhando as margens do Rio Piabanha e, em certo ponto, percorreram um de seus afluentes chegando a um sítio naturalmente protegido no qual edificaram sua “cidade”. A localização desse grupo de coroados pode ser constatada pelo fato de que os primeiros colonos portugueses denominaram o rio mencionado como, “Rio da Cidade dos Índios”, atual Rio da Cidade (RABACCO, 1985, p.48).

A região serrana de Petrópolis, em

seus primórdios, era denominada pelos portugueses de “Sertão dos Índios Coroados”. Achados arqueológicos de petropolis modernos das décadas de 1970 e 1980 comprovam a afirmação. São vestígios e utensílios surgidos ao longo de escavações para instalação de residências a época em que a cidade se expandia para a margem oeste da rodovia BR 040. A descoberta desses vestígios e objetos em Petrópolis reforça a tese de que muitas picadas no caminho para Minas Gerais e que posteriormente foram aproveitadas pelos colonizadores, foram abertas pelos índios em seus movimentos migratórios.

Uma aldeia dos coroados visitada por Freyreiss no início do século XIX era formada por:

(...) três ou quatro cabanas baixas, de palha (...) uma vara alta firmada no chão forma o centro e da parte superior dela partiam outras varas sobre as quais amarrava-se a palha formando assim um cone. Os arcos, as flechas e alguns potes de barro constituíam toda a mobília (FREYREISS, 1982, p.84).

Segundo Cabral (2014), os agrupamentos indígenas do período eram aldeias constituídas por cinco a sete habitações multifamiliares denominadas “tabas”, que rodeavam uma praça central, cercada por estacas de madeira denominadas “caixaras”. Para a construção de uma aldeia, seus habitantes queimavam e derrubavam a mata visando abrir uma clareira. A aldeia possuía uma roça anexa e outras clareiras periféricas estrategicamente construídas para atrair pequenos animais em busca de pasto. Todo o complexo era instalado próximo a um rio ou córrego, utilizado como alternativa de transporte, banho e alimentação. O local era utilizado até que os recursos minguassem ou que a vontade coletiva do grupo mais ligado ao lugar permitisse a transferência para outro sítio (CABRAL, 2014, p. 94)

Os relatos nos levam a concluir que os Coroados eram melhores agricultores do que os Tupis do litoral e grandes caçadores, mas não tinham o mesmo domínio da pesca. Martius (1981, p. 18)) descreve que preferia levar, em suas viagens, um Coroado a outro índio. Isso por serem grandes conhecedores da mata e capazes de alimentar todo o grupo com suas habilidades de caçadores.

Esses indígenas dominavam técnicas agrícolas elaboradas, eram bons oleiros e ceramistas. Os viajantes se impressionaram pela técnica de construção dos Coroados. Spix e Martius relatam que “as pare-

des, de ripas leves amarradas com cipós e às vezes rebocadas com barro, tinham dos dois lados aberturas da altura de um homem, munidas de portas móveis de falhas de palmeira” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 22).

Ao descrever a espiritualidade indígena, os viajantes europeus ressaltavam a “ausência de religião”. Na verdade, tratava-se de um pensamento etnocêntrico próprio da época. O europeu não percebia que todos os rituais envolviam uma espiritualidade latente que revivia em danças e narrativas de heróis civilizados a natureza compartilhada (TUNER, 1990). Seus heróis possuíam o poder da metamorfose e, uma vez transformados em animais ou vegetais, adquiriam suas características selvagens, as quais utilizavam para ensinar aos demais coisas como o domínio do fogo ou a domesticação do cultivo da mandioca. O mundo espiritual confundia-se com o real e os ciclos naturais eram representados em rituais de aprendizagem e aperfeiçoamento.

Outra marca característica da espiritualidade indígena é a sua relação com o espírito maligno a qual eram atribuídos todos os males, dentre eles as vicissitudes da natureza. Spix; Martius (1981,p.243) relatam que “ainda hoje os coroados não reconhecem nenhum deus da bondade, mas tão-somente um princípio daninho que os atormenta, os tortura, os conduz ao perigo e mesmo os mata”. Em Léry (1961), é mencionado um comentário de seu precursor, Thévet, que relata o fato de que os indígenas não saíam à noite sem fogo, pois, para eles, o fogo era o remédio para o inimigo, Anhangá, que surgia em diferentes formas nos rios e riachos. Spix e Martius (1981) afirmavam que “o temor mais do que a gratidão preside tais devoções; elas visam antes desviar a cólera dos espíritos malignos que assegurar proteção dos bons” (p.243).

Os índios concebiam a alma como imortal. Freyreiss (1982, p.84), em sua viagem pelo interior do Brasil, menciona ter visitado aldeias nas quais seus habitantes depositavam armas e alguns utensílios nos túmulos de parentes mortos, “(...) como dizem: para usar lá em cima”. No enterro de seus mortos, os Coroados quebravam todos os ossos do cadáver, colocando-os em recipientes usados para o preparo de sua bebida de milho fermentado – o verú. O chefe de família era enterrado no centro de sua cabana e em seguida os demais abandonavam o local. Em descobertas recentes foi constatado que os coroados que

viviam na região serrana do Rio de Janeiro, e que também enterravam suas urnas funerários entre as raízes de grandes árvores da Floresta Atlântica, demonstrando que a espiritualidade indígena estava refletida na relação com a floresta (HAA-CK, 2016); (OLIVEIRA, 2007).

Os habitantes do Brasil pré-colonial, sejam eles caçadores e coletores ou grupos de horticultores nômades, tinham a floresta como elemento central da ordem social. Cabral (2014) resgata pesquisas antropológicas recentes que indicam a inexistência, para essas etnias, que o mundo ocidental moderno concebe por natureza. Nas palavras do autor, “o que há é um mundo ‘social’ todo-abrangente. Eles entendem que animais e plantas possuem subjetividade tal como os humanos: todos os seres são ‘pessoas’ com pontos de vista particulares sobre eles próprios e o cosmos que os contém e rodeia” (CABRAL, 2014, p.68).

Os indígenas viam a floresta como um ser composto por vários seres, diferente do pensamento ocidental, no qual os humanos se diferenciam do mundo natural por possuírem uma alma e mente pensante. O “animismo ameríndio” concebe cada espécie vendo a si mesma como humana (CASTRO, 1993). A floresta era vista como um palco em que todos os seres conviviam. Para os indígenas pré-coloniais, os seres da natureza - animais, vegetais e espíritos - nada mais eram do que “estados corpóreos particulares e transitórios da própria humanidade” (CABRAL, 2014, p.70).

A relação do indígena com a natureza estava pautada no respeito, equilíbrio e dependência. Respeito a grandiosidade e imprevisibilidade do mundo natural, pautado no temor a Anhangá. A natureza vingativa, reagia por meio de onças devoradoras de homens, cheias inesperadas, desmoronamento do solo encharcado pelas chuvas, separado da rocha pelas enormes raízes das árvores gigantes. Equilíbrio a partir da adaptação do grupo aos ciclos naturais, tendo o conhecimento de que a sobrevivência da tribo dependia do funcionamento do sistema como um todo. Dependência, pois necessitavam dos recursos bióticos e abióticos para realizar suas necessidades de subsistência.

Diegues levanta um importante contraponto a ideia do índio como ser natural. Para o autor, a visão de que os índios seriam homens naturais, defensores inatos da natureza, tem sua origem em uma concepção ocidental moderna da natureza, “a

natureza intocada” (DIEGUES, 2000). Uma concepção romântica da natureza e de seus habitantes tradicionais também corroborada por Dean, aqui já mencionado, quando afirma que o homem “sempre” será impactante para a mata justamente por não possuir os equipamentos naturais que o possibilitariam viver no ambiente hostil de uma floresta tropical, sendo, para isso, necessário modificar e adaptar para sobreviver.

Segundo Ribeiro (1995), as concepções indígenas de natureza variam bastante. Mas existe um ponto em comum: a ideia de que os homens, a floresta, os animais e os demais elementos do mundo natural estariam envolvidos em uma ampla rede de inter-relações. O ser humano, em constante interação com a natureza, seria um importante agente de mudança e transformação. Um bom exemplo são os Ianomâmi, que se referem à floresta com “urihi”, uma entidade viva de origem mítica habitada por diferentes espíritos. Para o povo Ianomâmi, a sobrevivência dos homens depende das relações destes com os espíritos da floresta, o que torna a natureza em um cenário do qual não se separa a intervenção humana (RIBEIRO, 2010). E são os Coroados os primeiros humanos a intervir na natureza do lugar que os portugueses denominaram de “Sertão dos Índios Coroados”.

Entre disputas territoriais e deslocamentos sazonais, os Coroados de Petrópolis percorreram diferentes pontos ao longo do vale do Rio Piabanha. Seus mais ferozes inimigos ocupavam as terras da margem direita do rio. Esse fato se comprova já que, em 1767, a Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro assinalava a região ocupada pela etnia Pury como, “sertão dos índios bravios”.

O local, ocupado pelos Purys, é uma grande área inserida na depressão formada pelos rios que descem em direção ao Rio Paraíba do Sul, onde seu limite natural é o Rio Piabanha, que a jusante se encontra com os Rios Paraibuna, oriundo ao norte em Minas Gerais e o Paraíba do Sul, principal tributário da região, que desce no sentido oeste-leste, formando o vale de mesmo nome. A união dos três rios cria uma fronteira natural entre a área ocupada pelos Purys, margem direita do Piabanha e Coroados, margem esquerda, ambas tendo ao sul os paredões da Serra dos Órgãos.

Foi essa estrutura político/cultural, geradora de formas próprias de relação dos homens com a natureza, que os pri-

meios exploradores europeus encontram ao chegarem no sertão serrano. Oriundos das guerras de conquista do litoral e afirmação do território, voltaram seu olhar para as terras além da muralha serrana e em busca da riqueza legitimada pela crença em um destino divino, tendo que vencer as escarpas que observavam ao norte, e depois subjugar a mata e seus habitantes.

## Os primeiros colonos

Por lo común, la montaña es un mundo adusto. Um mundo marginal, situado a extramuros de las civilizaciones, que son producto de las ciudades y de las tierras llanas. Su história consiste em no tenerla, em permanecer casi siempre al margen de las grandes corrientes civilizadoras, que dicurren lentamente, passando de largo ante el mundo de la montaña. Capaces de extenderse amplamente em sentido horizontal, estas corrientes parecen impotentes para ascender em sentido vertical y se detienen ante um obstáculo de vários centenas de metros de altura. (BRAUDEL, 1987, p. 40)

A análise de Braudel das montanhas mediterrâneas pode servir de exemplo para a tardia exploração da serra fluminense já que o pleno estabelecimento do colonizador no sítio que deu origem ao município de Petrópolis ocorre somente no século XVIII. A conquista do território e as “grandes corrientes civilizadoras” ocorrem nas planícies e vales dos rios. Para vencer e ocupar regiões serranas e montanhosas, o homem comum precisa estar envolvido em um projeto maior que o leve a enfrentar o desconhecido.

No primeiro século da colonização do que viria a ser o estado do Rio de Janeiro, as preocupações eram a afirmação no território por meio de fortificações e entrepostos comerciais. O ouro ainda não era o motor motivador a fazer com que colonos portugueses viessem a vencer a muralha serrana que surgia ao norte da planície litorânea. As palavras do padre cronista Simões de Vasconcellos, no início do século XVII, demonstram o pensamento da época:

Pelo terreno vai rodeando toda a Baía, e recôncavo do Rio de Janeiro, aquela espantosa serra, que já por vezes temos dito corre a costa toda: e com a parte dela mais áspera, chamada de montanha dos órgãos (porque à maneira daqueles instrumentos vão levando em ordem desigual montes sobre montes, fazendo a altura imensa que excede as nuvens, e chega parece à segunda região do ar) representam grandes muralhas, ou torres formidáveis, postas entre nós e os bárbaros que

habitam a outra parte: porque ali fulmina a natureza em tempos tormentosos tais rios, raios, coriscos, e estrondos disformes, que estavam armados de propósito para a defesa dos homens portugueses (VASCONCELOS, 1977, p. 132 – 133).

Ainda hoje, quando o morador ou visitante da baixada fluminense olha o alto da serra ao norte cortado pelos clarões dos raios típicos de verões tropicais, sente um certo medo e, ao mesmo tempo, respeito pelas forças da natureza. O jesuíta olha para o desconhecido e entende que aquela “muralha” deveria ser vencida em nome da função catequista a que estava destinado, sendo a serra um ambiente inóspito, “áspero”, mas também uma “muralha” que separaria o mundo “civilizado” das tribos “bárbaras” a serem cristianizadas.

A concessão de sesmarias nas margens da Baía da Guanabara foi iniciada em 1565, o que empurrou a colonização portuguesa por toda a baixada, chegando às bases da Serra do Mar. As demarcações das sesmarias doadas não levavam em conta o relevo e eventualmente seguiam serra acima, o que não significava que os sesmeiros as ocupassem por inteiro. Ainda persistia um certo temor dos “índios bravios” que ocupavam a vertente oposta, como também a certeza do impedimento que a “mata virgem” e o relevo acentuado davam a implantação da atividade agrícola (AMBROSIO, 2013).

Rabaço (1985) indica que as duas primeiras sesmarias da região datam de 1686, são as sesmarias de: Francisco de Matos Figueiras, que se estendia do Meio da Serra às bases da Serra do Frade; João Matos de Sousa, que se estendia do Meio da Serra até a Serra da Tocaia Grande e a de José Ferreira da Fonte, localizada no Vale do Rio Fagundes.

Ao final do século XVII, a descoberta de ouro na região central do que é hoje o estado de Minas Gerais provocou uma verdadeira corrida em busca de riqueza. A notícia se disseminou pela colônia chegando, em seguida, a Portugal e toda a Europa. Milhares de aventureiros partiram para a região. Tal movimentação de pessoas e interesses fez com que a coroa portuguesa buscasse alternativas para o caminho de ligação entre o litoral e a região das Minas Gerais.

O caminho inicial para o interior partia de São Paulo pelo vale do Rio Paraíba do Sul e após transpor a Serra da Mantiqueira chegava-se a região do ouro. Mais tarde esse caminho ganhou uma variante

que ligava Parati ao Vale do Paraíba. Além dos caminhos oficiais, outras trilhas eram abertas para burlar o fisco português. Em 1698 foi aberto o Caminho Novo que partia da Baía da Guanabara pelo Rio Iguaçu chegando ao que é hoje o município de Paty do Alferes, atingindo, em seguida, o Vale do Paraíba. (AMBROSIO, 2013).

O caminho novo viria a solucionar apenas parte do problema da distância entre o Rio de Janeiro e a região das Minas Gerais. A intensificação gradual da mineração, o aumento no trânsito, as perigosas trilhas em declividades acentuadas, os rios e córregos que em épocas de chuvas alagavam e impediam por dias a viagem e as perdas materiais resultantes, fizeram com que se buscasse uma alternativa mais viável.

Em 1721, o Sargento Mor Bernardo Soares Proença requer e obtém da capitania do Rio de Janeiro uma sesmaria na vertente norte da Serra do Frade, localizada no vale do Rio Itamarati, afluente da margem direita Rio Piabanha. Uma vez estabelecido na região, Proença propõe a abertura de uma outra via de acesso à região do ouro, “executando-a com o dispêndio de 100.000 cruzados e as vidas de muitos escravos, além de arruinar a própria saúde” (LAMEGO, 1950, p. 185). O atalho de Soares Proença economizava em até 04 (quatro) dias a viagem do Rio de Janeiro ao vale do Rio Paraíba do Sul. O trajeto era menos áspero, onde as tropas subiam pelas margens dos Rios Inhomirim e Caioba alcançando o topo da Serra da Estrela e depois o Rio Piabanha.

Pelo atalho de Bernardo Proença, portugueses e “neobrasileiros” (CABRAL, 2014) chegam ao vale do Rio Piabanha, terra de Puris e Coroados, com os olhos voltados para a riqueza das Minas Gerais.

As baixas temperaturas no inverno, as chuvas torrenciais no verão e as declividades acentuadas impediam as plantations do café ou cana de açúcar. As escarpas da Serra dos Órgãos dificultavam o contato com o crescente centro urbano do Rio de Janeiro, eliminando o que seria um mercado próximo para um provável cinturão verde na serra. O motor dos sesmeiros locais era o ouro e os que viviam em função dele. Segundo Ambrósio (2013), a doação das sesmarias na região tinha a intenção de preservar o caminho para as Minas Gerais e as novas estruturas criadas deveriam atender aos interesses da metrópole, condição que no século seguinte foi sendo modificada pelo fim do ciclo do ouro e a

gradativa melhoria das estradas que levam a região.

As primeiras sesmarias a serem doadas no Vale do Piabanha possuíam o tamanho de uma légua, cerca de 6.600 m<sup>2</sup>. Com o crescimento demográfico e a intensificação da ocupação, o tamanho de uma sesmaria caiu pela metade. Os sesmeiros podiam dividir suas terras como herança ou por venda. Em pouco tempo, o que era o Sertão dos Índios Coroados estava coberto e demarcado e cercado, as sesmarias iniciais foram sendo transformadas em sítios e fazendas. O rei concedia as terras em troca da prestação de serviços do sesmeiro (LACOMBE, 1958).

O ouro das Minas Gerais gerou profundas transformações na economia colonial. As paisagens serranas passaram por intensa modificação, não só o crescimento populacional e chegada de uma nova ótica econômica, mas também as novas concepções de mundo fizeram com que a natureza nunca mais fosse a mesma.

## A natureza apropriada

A concepção que os europeus construíram sobre o Novo Mundo tinha duas faces, éden e inferno. Existe um farto material de viajantes que exaltam a exuberância do mundo tropical e bravura dos povos nativos, mas ao mesmo tempo surge nos relatos um desprezo à religiosidade indígena e espanto, uma verdadeira aversão aos rituais, principalmente ao canibalismo. Segundo a historiadora Laura Mello e Souza, para os europeus os indígenas sul americanos eram um povo sem “fé, sem rei e sem lei”, nesse sentido concluíram que a língua tupi não tinha os fonemas “f”, “r” nem “l”. “Colombo inaugurou assim o movimento duplo que perduraria por séculos em terras americanas: a edenização da natureza, a desconsideração dos homens – bárbaros, animais, demônios” (SOUZA, 1986, p.84).

A imagem do Novo Mundo começou a ser moldada em um período que saía de cena a mentalidade medieval e surgia novas formas de perceber e viver o mundo, o que iria inaugurar o pensamento da Idade Moderna. Foi um processo lento, em que a nova narrativa ainda convivía com elementos persistentes da Idade Média, ainda presentes no imaginário europeu. Nesse quadro o Brasil emerge como lugar em que a novidade tropical convive com imagens e percepções oriundas da tradição medieval. A nova terra passou a ser



vista como um paraíso, um paraíso perdido.

Os meses de travessia do Atlântico, em que aventureiros e degradados conviviavam com toda a espécie de infortúnios, eram logo esquecidos. Já no oceano, a densa floresta de vegetação exuberante acalmava o espírito, no litoral a terra fértil, alimentação, descanso, sombra, água fresca e sexo com as índias recompensavam os que resistiam à travessia, era um verdadeiro presente dos céus aos “homens tementes a Deus”.

No livro “Visão do Paraíso”, de Sérgio Buarque de Holanda, o autor afirma que a percepção do europeu sobre a América estava ligada à interpretação literal da Bíblia, típica do catolicismo medieval. Para os europeus, o novo continente seria o Éden Perdido:

E como, em um e outro caso [bíblico e tradição greco-latina], o paraíso perdido fosse fabricado para responder a desejos e frustrações dos homens, não é de admirar que ele aparecesse, em vez de realidade morta, como um ideal eterno e, naturalmente, uma remota esperança (HOLANDA, 2000, p.227)

O Brasil passa a ser o paraíso, a terra prometida que europeu foi ensinado a acreditar e buscar. Já o nativo um ser que causa espanto, mas, ao mesmo tempo, necessário para assimilação e conquista do território. Nesse contexto, o conhecimento milenar do indígena foi fundamental para a sobrevivência e permanência do europeu no território, e diferente de outros locais do Novo Mundo, no Brasil, além de submissão, houve a assimilação cultural.

Os colonos que chegam a região serrana eram descendentes da traumática e violenta assimilação cultural entre índios e portugueses, ocorrida nos 150 anos anteriores. Segundo Ribeiro (1995, p.109), brasilíndios ou mamelucos eram “(...) um gênero humano novo, que não era, nem se reconhecia e nem era visto como tal pelos índios, pelos europeus e pelos negros”.

Esses eram gerados por pais portugueses, que se aproveitavam da tradição indígena do “cunhadismo”, na qual a união entre o estrangeiro e uma índia tornava o branco parte da tribo, e, conseqüentemente, aliado de toda uma nação. O brasilíndio não se reconhecia mais como índio, idolatrava o pai branco e desprezava o conhecimento tradicional da etnia de suas mães, mas que, na verdade, essa nova gen-

te era “vítima de duas rejeições drásticas” (IDEM p.108) dos pais que os viam como inferiores e impuros e dos índios que os viam como portugueses. Nem português nem índio. Quem sabe algo novo. Um ser nascido da falta de opção, sendo assim brasileiro.

O brasileiro era, em essência, um conquistador civilizador que levava para o território ocupado a cultura dos portugueses a quem servia. Uma cultura que via o mundo a partir de estruturas rigidamente hierarquizantes, profundamente ligadas ao catolicismo por eles fervorosamente cultivado.

Frederick Turner no livro, “O Espírito Ocidental contra a Natureza”, desenvolve a tese de que os povos que adotaram as bases religiosas estabelecidas no Velho Testamento estigmatizaram profundamente à natureza selvagem: “era um lugar terrível onde ocorriam coisas terríveis. No oásis de Kadesh Deus matou 15 mil rebeldes (...) nos trechos mais inóspitos as privações impostas pela paisagem trouxeram à tona as fraquezas da carne” (TURNER, 1990, p. 47). A história do povo judeu e em seguida do cristianismo, estaria marcada pelo exílio de 40 anos no deserto. Desobedecer a Deus os levaria diretamente para a selvageria fora do mundo civilizado.

Seja ele europeu ou neobrasileiro, o homem do Brasil colonial via a si como senhor da terra e do mar, domesticador de animais com o poder de ocupar e subjugar a mata selvagem em seu favor e em nome do criador. Na verdade, existia um enorme lapso de tempo entre o ameríndio e as novas gentes que chegavam ou que aqui foram criados. Esses novos seres eram fruto de milênios de evolução em uma Europa retalhada em reinos guerreiros, que a mais de 10.000 anos viviam os desdobramentos da revolução agropecuária: possuíam um estoque variado de ferramentas e animais domesticados, tinham escrita, matemática, astronomia, metalurgia, armas de fogo e durante séculos as altas densidades demográficas os expuseram a diferentes tipos de vírus e microrganismos que os tornaram verdadeiras bombas biológicas geradores de doenças nunca vistas pelos habitantes do novo mundo (DIAMOND, 2005). No entanto, a supremacia tecnológica não era suficiente para superação do sertão que os cercava.

O olhar do homem colonial para a mata era utilitário. Para que serve, como transformar em rendimentos? Cabral menciona os inventários florestais, “quase

sempre inventários de utilidades” (CABRAL, 2014, p.83), que serviam como enormes depositários das diferentes formas de valorização da natureza. As árvores eram vistas como madeira para construção (navios, ferramentas, residências), os animais como domesticáveis ou não, comestíveis ou não. Dessa forma, a floresta operou como um grande motor gerador da expansão portuguesa além-mar. A madeira da Mata Atlântica era o recurso a ser explorado, como também o instrumento que possibilitava essa exploração.

A economia colonial representava, na prática, o que a religião estabelecia como regra. A cultura construída no Brasil colonial foi baseada no expansionismo e domesticação do sertão selvagem. Nessa concepção de mundo, o homem era elemento civilizador e ordenador, com a função de complementar a criação.

(...) a ideia do mato abarcava mais do que um mero conjunto de utilidades: tratava-se também de uma forma de organizar e dar sentido ao universo vivido. Utilizando o linguajar dos gregos antigos, podemos dizer que a presença do mato, como *immundus*, domínio do caos, da sujeira e da impureza, ajudava a definir negativamente o mundo, ou o domínio da ordem, da pureza e da beleza. Assim, o lugar mais importante que o mato ajudava a criar, na América portuguesa, era sua antítese: a casa humana. Construí-la pressupunha o afastamento da floresta. (CABRAL, 2014, p.84)

Essa relação conflituosa fez com que a floresta fosse retirada da cultura colonial, fazendo com que os marginais da sociedade fossem degradados para as matas e ilhas virgens, tornando-os seres sem moral, incivilizados inúteis. A floresta não tinha ordem. A variedade e crescimento vegetal desigual não era vista pelos colonizadores como características de um sistema complexo ou de enorme diversidade biológica, mas sim como “um verdadeiro caos vegetal” (RUGENDAS, 1940, p.13). Um bom exemplo é o relato de Spix e Martius após dias no interior da Mata Atlântica: “Saindo das matas virgens tenebrosas para esses campos livres abertos, como se reanima o espírito do viajante” (SPIX; MARTIUS, 1981, p.299).

As criaturas da floresta eram temidas e consideradas aberrações esquecidas por Deus. Talvez nesse ponto resida uma breve semelhança com o Anhangá, o demônio indígena que se manifestava nas onças comedoras de homens, nas pulgas, nos piolhos, nos escorpiões, nas cobras e nos demais animais peçonhentos. Nessa ótica,

caberia ao homem branco o dever divino de domesticar a floresta, inserindo naquele ambiente inóspito, novas espécies já a muito conhecidas pelo mundo europeu.

Ao inserir espécies exóticas aos trópicos os europeus, desestruturaram o espaço natural trazendo competição, pragas e doenças. Um bom exemplo é levantado por Dean (1996), ao lembrar que cavalos, bois e porcos introduzidos em Minas Gerais no século XVIII levaram a uma reação em cadeia: os solos foram impermeabilizados e a vegetação retirada; o desmatamento afastou predadores e os porcos multiplicaram-se; a proliferação dos suínos levou a impactos diretos na vegetação rasteira e arbustiva; junto a isso foram introduzidas novas ferramentas de ferro e intensificado o uso de fogo que levou a mais desmatamentos (DEAN, 1996). No entanto, o processo de desestruturação iniciado leva a um movimento de resistência natural. Nesse sentido, surge em movimento contrário ao colonizador, a ação devastadora de um exército muito superior e melhor adaptado que o homem moderno, as chamadas “famigeradas” formigas.

As formigas eram as maiores inimigas da agricultura colonial, pois rapidamente se apropriaram das lavouras de vegetais exóticos na região (parreiras, romeiras, laranjeiras e limoeiro), que chegaram ao Brasil junto com os invasores portugueses. As plantas de origem euroasiática evoluíram em ambientes livres da saúva (formiga cortadeira), o que as fizeram sem proteção ao avanço coordenado do exército herbívoro tropical, fator que não ocorria nos trópicos. Segundo Dean (1996, p.125), as espécies tropicais possuem compostos tóxicos que, uma vez transportados para os formigueiros, atacam os fungos que servem de alimento para a colônia, o que força sua transferência para áreas distantes, iniciando, assim, um novo ciclo de alimentação. Os indígenas também se referem as formigas, ao afirmar que seu maior problema estava nas tacipitanga, que invadiam as casas de pau a pique e se alimentavam de açúcar, milho, farinha e outros.

O neobrasileiro considerava o indígena como mais um dos animais da mata a ser evitado ou capturado e domesticado, quando possível. Em análise da obra do jesuíta José de Anchieta, o geógrafo Diogo Cabral escreve: “(...)os ameríndios eram ‘desalmados’, viviam como ‘bestas-feras’, não se continham ‘bastante pela razão’ (...) Os bugres praticavam suas monstruosidades porque viviam sob o jugo do Príncipe

dos Infernos” (CABRAL, 2014, p.93). A bestialização do habitante da mata justificou e legitimou para o colonizador a usurpação de suas terras e destruição de seu modo de vida. A conquista do sertão era a conquista do índio e domesticação da mata. O sertão deveria ser saneado, cristianizado e transformado para deixar de ser sertão.

Segundo Shellard (2015), a concepção de sertão do homem colonial estava relacionada a uma percepção cultural do lugar, pois os sertões seriam tudo que estava a parte da civilização. Seriam as chamadas “terras interiores não civilizadas”, consideradas áreas de litígio e conflito habitadas por selvagens (RIBEIRO, 1995, p.120). O interior desconhecido, as densas florestas e as regiões serranas eram vistas como lugar de índios bravios e natureza selvagem, que, na ótica colonial portuguesa, seria um sertão a ser extirpado.

Nesses lugares inóspitos, a natureza seria caracterizada, não por um tipo específico de mata ou formação vegetal, mas por um ambiente hostil. Para os europeus, uma floresta tropical reunia todas as características “decadentes” que formariam um sertão: espaços desconhecidos, grandes árvores e emaranhados verdes que impediam a passagem dos raios solares, animais ferozes e índios bravios.

E foi com essa visão utilitária e de domesticação da floresta que o “Sertão dos Índios Coroados” é inserido no mundo português. Em menos de um século, forças políticas e econômicas alteraram culturalmente o sertão serrano. Ao longo dos séculos XVI e XVII, o grupo indígena da etnia dos coroados dava lugar a novos habitantes. Já no início do século XVIII, o fluxo de europeus e neobrasileiros que percorrem a região é intensificado, a riqueza das Minas Gerais leva a instalação de fazendas ao longo das trilhas de tropeiros e caminhos do ouro, trazendo com eles escravos africanos, população quase inexistente no século anterior.

Na região ocorre uma ruptura na dinâmica espacial e significativa transformação na paisagem. Antes dos europeus, os nativos entendiam que respeitar os ciclos naturais implicava na manutenção da vida e existência da comunidade. Já os portugueses chegam obedecendo a uma lógica mercantilista construída além-mar e que não possui nenhum compromisso com os interesses locais. “Para os adventícios, não há necessidade de manter equilíbrio ambiental, pois não há correspondência direta entre os ambientes nativos e os

meios de vida coloniais” (SHELLARD, 2015, p.14). Sem identidade com o local, o conquistador percebia a floresta como recurso e empecilho ao progresso, o que fez das fronteiras coloniais um território devastado.

Assim como seus habitantes que eram vistos por uma perspectiva dúbia, ao mesmo tempo como mão-de-obra necessária e problema a ser resolvido, o sertão seria percebido pelos neobrasileiros não só como lugar perigoso e selvagem, mas também como fonte de uma imensurável riqueza a ser explorada (SHELLARD, 2015).

Por volta de 1650, os primeiros neobrasileiros já haviam descoberto velhas trilhas indígenas pelas quais venciam a “muralla serrana”. No alto da serra, aqueles ferozes e temidos “índios bravios” já não representavam um impedimento à conquista. O enclave colonial português foi construído e sedimentado através de guerras de extermínio e escravização dos povos nativos. Os Coroados que habitavam o sertão serrano eram um resquício desses embates, sobreviventes de vírus e bactérias que ali encontraram refúgio. Apesar de temidos, os índios bravios foram aos poucos exterminados ou drasticamente reduzidos.

Em 1721, ao edificar a primeira moradia no Vale do Rio Itamarati, Bernardo Proença apenas deu continuidade à expansão colonial que já vinha ocorrendo desde 1565, primeiro desalojando índios e ocupando as áreas litorâneas da Baía da Guanabara, depois atingindo a base da serra e, em 1686, com duas sesmarias delimitadas do Meio da Serra para o topo.

A família Proença já administrava uma sesmaria em Suruí, nas cercanias da Baía da Guanabara, por meio de incursões serra acima. Bernardo Proença identificou as terras que pretendia requerer ao Rei de Portugal. Na verdade, o explorador adiantou-se a outros aventureiros que já percorriam a região, seja pelas margens do Rio Inhomirim ou pela trilha tropeira da Taquara, atual rodovia BR 040 (Washington Luis), que ligava a baixada ao vale do Rio Quitandinha no alto da serra. A chegada dos neobrasileiros ao Sertão dos Índios Coroados foi um processo natural de conquista do território determinada pela geopolítica do expansionismo português.

O contato inicial com os Coroados e a relação deles com a família Proença é relatado por Rabaço (1985). Seus apontamentos foram construídos com base em

documentação oficial. No entanto, percebe-se um certo romantismo ao relatar que os índios trabalharam voluntariamente na construção do Caminho do Ouro e na produção agrícola de sesmarias serra abaixo. Certamente não foi o que ocorreu, pois, a carta de concessão da sesmaria, reproduzida também por Rabaço, menciona a obrigação do sesmeiro de fixar-se a terra e cultivá-la com escravos. Outro documento é o Relatório do Governador da Capitania do Rio de Janeiro sobre a abertura do Caminho Novo, “abriu picada com seus escravos, índios e homens brancos a quem pagou o sustento” (HAACK 2013). Ao avaliar que os indígenas receberam pelo trabalho o autor desconsidera o etnocentrismo português e a sociedade escravista e hierarquizada do período colonial. Rabaço manifesta uma possibilidade e não um fato histórico comprovado.

Com a intensificação da colonização, acontece aos Coroados o mesmo que ocorreu no resto do Brasil: as tribos foram erradicadas. Os índios sobreviventes passaram a perambular entre o rio Preto e o Paraíba do Sul, atacando as fazendas da região de Paty do Alferes, Tinguá e outros povoados ao longo do Caminho Novo. De acordo com pesquisas de Haack (2013), em virtude dos constantes ataques, em 1789, o Vice-Rei D. Luís de Vasconcellos determina ao capitão de ordenanças, Inácio de Sousa Werneck, fazer a chamada “guerra justa”, atacando nas aldeias que ainda restavam. Mais tarde, o mesmo Vice-Rei incumbiu João Rodrigues da Cruz, fazendeiro em Pau Grande, de “domesticá-los”. Este, com a ajuda do padre Manuel Gomes Leal, conseguiu reunir o que restou dos Coroados em aldeia nas margens margem do Rio Preto, um presídio para os outrora proprietários da terra (HAACK, 2013)

Os relatos de viajantes de início do século XIX não informam mais índios vivendo na região. “Diante do mato, portanto, apenas dois cursos de ação pareciam estar disponíveis: pilhá-lo ou, simplesmente, estirpá-lo (...) com a ajuda do fogo, os neobrasileiros podiam conseguir as duas coisas ao mesmo tempo” (CABRAL, 2014, p. 103).

## A cultura das queimadas

O fogo não era novidade para as sociedades humanas. Desde tempos remotos foi utilizado como elemento de “limpeza” para introdução da agricultura.

Seguindo este raciocínio, seria próprio afirmar que os 10 mil anos de revolução agrícola não teria poupado o continente europeu das queimadas, mas esse processo teve um fim.

Os povos da Europa Ocidental do século XVI já viviam em uma realidade na qual as florestas próximas aos humanos haviam sido, “domesticadas” ou afastadas por meio de crenças e superstições e são os europeus oriundos dessa cultura que nos séculos seguintes atravessam o Atlântico para conquistar o novo mundo.

A cultura europeia, para a natureza, foi aos poucos criando a concepção de que os humanos, além de domesticar, deveriam aperfeiçoar a natureza, criar áreas cultiváveis e prados sem mata. Ao chegar no novo mundo, o europeu do século XVIII já não possuía memória de um ambiente em constante estado de queimadas. Relatos de viajantes, que há muito tempo não presenciavam a utilização tão intensa e radical do fogo, nos mostram o quanto que eles ficavam estarelecidos com a normalidade que os neobrasileiros encaravam a presença da floresta queimada.

O comerciante inglês John Luccock relata que, após assistir uma queimada de grandes proporções nas cercanias do Rio Macacu, localizado no interior do Rio de Janeiro, ficou surpreso de que nenhum morador das cercanias sabia a origem da mesma nem se importava com os impactos daquele evento. Ainda mais surpreso ficou o viajante quando mostrou aos locais as cinzas da floresta que, mesmo distantes da área queimada, ainda eram impactantes ao olhar. Ele ouviu como resposta: “Ah! Isso foi alguma mata que pegou fogo, mas logo há de vir chuva” (LUCCOCK, 1975, p. 237).

Segundo Cabral (2014), a explicação para o descaso com as queimadas estaria no fato de que, culturalmente, os cristãos do período colonial, herdeiros diretos da sensibilidade medieval, transportada para a América pelos jesuítas, enxergavam o fogo como elemento purificador:

(...) no cristianismo medieval, as chamas ascendentes significavam o desejo da alma humana de se juntar ao seu criador. É a esse tipo de sensibilidade, muito diferente da nossa, que devemos estar atentos quando historiamos a transformação colonial da Mata Atlântica” (CABRAL, 2014, p. 106).

O fogo representaria um avivamento religioso no novo mundo, o que, para os jesuítas, seria um renascer em Cristo benéfico aos indígenas pagãos. Mas não foi

somente no sentido figurado que o fogo foi utilizado. Em seus poemas, o padre jesuíta José de Anchieta faz um chamamento aos colonos portugueses para queimar as aldeias indígenas, purgar a floresta com fogo e resgatar as almas dos índios para o evangelho (CABRAL, 2014, p. 108).

O fogo era a forma terrena que mais se aproximava do criador e por ser a manifestação de sua presença e poder, também seria um instrumento de Deus que purificaria o mato incivilizado, morada de índios e demônios. Também seria a forma mais simples e eficaz de abrir espaço na densa floresta tropical para o plantio de alimentos, atividade realizada a séculos pelos primeiros habitantes do lugar.

A bibliografia sobre o período colonial (CABRAL, 2014; DEAN, 1996; HOLLANDA, 1963; RIBEIRO, 1995) revela que o fogo indígena, apesar de impactante, era seletivo. Primeiro a mata baixa era roçada e deixada para secar e o fogo era ateado um pouco antes da chegada do período chuvoso, sendo este restrito a pequenas áreas controladas. É certo que, em alguns casos, o controle deveria falhar, o que certamente resultava em grandes áreas queimadas. Mas o fogo não alcançava as enormes árvores locais e a tecnologia rudimentar indígena não permitia grandes derrubadas de árvores.

Os machados de pedra não eram suficientes para o corte de árvores de grande porte, nem tão pouco era necessário a cultura indígena o corte dessas espécies. Seria mais eficaz o corte de pequenos arbustos para o fogo e galhos de árvores para fabricação de utensílios. A derrubada era seletiva; escolhia-se o indivíduo que era descascado formando um anel sem casca ao redor da árvore de forma a impedir a subida da seiva; a umidade e a ausência de troncos derrubados tornavam o fogo elemento de limpeza apenas das gramíneas e arbustos secos.

Uma vez queimada a área, era realizado um segundo incêndio para acabar com o restante da biomassa que persistia abaixo das cinzas, o que tornava a prática extremamente redutiva, uma vez que destruíam até as mais resistentes raízes da vegetação. A agricultura indígena era mais impactante e provocava maior desperdício dos recursos florestais do que a caça e coleta. Provavelmente o intervalo de repouso entre queimadas não fosse o suficiente para a regeneração, o que foi progressivamente transformando a mata original. (DEAN, 1996, p. 44 – 46). Mas foi no encontro da cultura portuguesa que

o fogo foi mais radicalmente utilizado.

Os neobrasileiros aplicaram o que aprenderam com os indígenas. Em abril ocorria o roçado dos arbustos que, após secos, seriam o combustível para queimada a ser realizada; em seguida as árvores eram derrubadas; após roçar e derrubar a biomassa morta ficava sobre o solo por cerca de 06 (seis) meses. Caso as chuvas não se antecipassem, o fogo era iniciado em setembro ou outubro. Ao final da queimada, os galhos e restos de vegetação remanescentes eram empilhados e novamente queimados.

Apesar de utilizar a mesma metodologia, a limpeza do mato pelos colonos e seus descendentes era muito mais impactante do que a agricultura de coivara empregada pelos índios. O núcleo agrícola das aldeias indígenas estava separado por quilômetros das demais, sendo cultivadas pequenas áreas por vez. Cabral estima em 03 (três) ou 04 (quatro) hectares. Periodicamente havia o deslocamento de todos os habitantes em direção a outro sítio ainda não utilizado por nenhum humano, o que facilitava a recomposição do solo e da vegetação. Por sua vez, os neobrasileiros eram sedentários ao solo, o que favorecia a concentração de pessoas e o aumento da densidade demográfica. A cada ano, as queimadas aumentavam de tamanho, impossibilitando a regeneração da floresta que ficava restrita a áreas menos acessíveis.

O relevo declivoso impediador da plantation cafeeira e o clima úmido de altitude desfavorável ao desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar pouparam a floresta do Sertão dos Índios Coroados, do mesmo destino das matas do Vale do Rio Paraíba do Sul. A agricultura de coivara utilizada pelos índios nas bordas da mata impactou somente uma pequena parte do lugar, não existindo vestígios de ocupação humana antes da chegada dessa etnia a região. Os primeiros neobrasileiros que chegaram ao vale do rio Piabanha, na segunda metade do século XVII, receberam uma área em processo de regeneração e rapidamente ocuparam o vale oposto a “cidade dos índios”.

Provavelmente utilizaram a queimada para o assentamento no terreno, afastando a mata e seus habitantes. As trilhas indígenas transformaram-se em vias de tropeiros ligadas ao “Caminho do Ouro”, e nas margens desse caminho foram surgindo lavouras e criação de pequenos animais a serem comercializados na corte ou vendidas aos viajantes que por ali pas-

savam. A floresta nos vales, morros e encostas, do que é hoje o 1º Distrito de Petrópolis, foram poupados das queimadas, favorecendo a complexidade do ambiente e a persistência de uma paisagem menos impactada do que a verificada em outras áreas da colônia. O vale do Piabanha era uma via de ligação, um lugar de parada. A queimada que abria grandes espaços agrícolas e levava a sítios habitados por grandes árvores não foi determinante na serra, já que os olhos estavam voltados para o caminho que levava ao que realmente importava, o ouro.

## Algumas Considerações

A construção social de conceitos e categorias é determinada por “estigmas que as controlam e direcionam” (OLIVEIRA, 2010, p.1). Um ecossistema como a Mata Atlântica foi profundamente afetado pela idealização humana de uma natureza intocada. No imaginário coletivo, a floresta tropical surge como ideal a ser alcançado. Mas a história mostra que diferentes culturas estabeleceram formas próprias de relação com a mata. Índios, colonos portugueses, neobrasileiros, africanos e afrodescendentes imprimiram na paisagem marcas próprias, acumuladas pelo tempo e técnicas.

Apesar da ocupação milenar, a Mata Atlântica resistiu, sendo transformada, bem como transformou-se por si. Os primeiros habitantes utilizaram o fogo, criaram trilhas e prepararam terrenos agrícolas, mas foi a chegada do não índio que decretou o futuro da floresta.

A chegada dos novos inquilinos determinou o destino da mata e dos que nela viviam. A natureza compartilhada, adaptada ao ritmo natural da cultura indígena, passa a ser natureza apropriada pela ótica mercantilista. A floresta antes mãe, é tornada em algo a ser convertido em capital. A madeira é extraída, o mato queimado e o terreno cercado. As trilhas são transformadas em estradas para homens e animais. Aos poucos a floresta morada por demônios é afastada e os que nela vivem são mortos, cristianizados ou escravizados. A natureza, sempre em movimento, entra em um processo em que a transformação antes imposta por agentes tectônicos/climáticos passa a ser condicionada pela técnica.

Os domesticadores da terra com o uso do fogo, purificador da mata e dos homens, expandiram pastos e áreas agrí-

colas. Em pouco tempo, os solos tropicais das áreas desmatadas são compactados e lixiviados, plantas agressivas e pobres em nutrientes tomam o espaço da floresta. Nas várzeas dos rios, local desfavorável ao ataque das formigas, as matas ciliares dão lugar a lavouras.

Nos primeiros anos da invasão portuguesa a imensidão e complexidade das florestas ofuscavam as técnicas. Ao longo dos anos a supremacia tecnológica e a cultura utilitarista do europeu impulsiona o desgaste do meio natural. Pádua (2010) adverte para o fato de que a conquista europeia do novo mundo não disseminou apenas homens e ideias, mas também um imenso número de animais, vegetais e microorganismos que complementaram o processo de incorporação de “uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância” (PÁDUA, 2010, p.84).

Algo particular ocorre no alta da Serra da Estrela. O clima e a declividade acentuada da região são impedimentos para implantação das plantations tropicais, mas também condicionam a busca por novas alternativas. Logo percebe-se que o Sertão dos Índios Coroados é uma rota mais curta para o ouro das Minas Gerais, onde o “caminho” e não a agricultura ou mineração, passa a ser o principal objeto produtor de riqueza.

Da trilha que segue margeando os rios, emerge o Caminho do Ouro, que motiva o surgimento de fazendas que dão pouso, descanso e abastecem os tropeiros com utensílios e mantimentos. A partir do caminho principal são abertas novas picadas na mata, pois o objetivo era fugir da fiscalização dos oficiais do rei, cada vez mais sedentos por impostos. Os caminhos, a abertura constante de novas trilhas, as ocupações das propriedades resultam em degradação e transformação da floresta; as áreas planas e de várzea são transformadas em pasto e cultivo; a biodiversidade é afastada e os habitantes nativos fogem ou são escravizados.

A paisagem é transformada e modificada da percepção dos habitantes sobre a natureza, com os índios Coroados de uma “natureza compartilhada” com os neobrasileiros para uma “natureza apropriada”. A partir do século XIX, uma nova ideia de natureza começa a emergir, passando a ser elemento de sustentação do estado. Para isso, as ações sobre ela e a partir dela deveriam ser cuidadosamente planejadas.

- AB'SABER, Aziz Nacib. Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AMBROSIO, J. Petrópolis. O presente e o passado no espaço urbano: uma história territorial. Petrópolis, RJ: Escrita Fina, 2013.
- BRAUDEL, F. El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo em la Época de Felipe II. Fondo de Cultura Económica do México, México 2ª ed. Espanhola – 2ª reimpressão – 1º tomo, 1987.
- CABRAL, D. de C. Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Gramond, 2014.
- CASTRO, E. V. “Histórias ameríndias”. Novos estudos, n.36, jul.1993, p. 22-23, 1993.
- DEAN, W. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução Cid Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAMOND, J. M. Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas. Tradução: Silvia de Souza Costa – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.
- DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed - São Paulo, Hucitec, 2000.
- FREIRE, J.R.B.; MALHEIROS, M.F. Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro EDUERJ 2010.
- FREYREISS, Georg Wilhelm. Viagem ao interior do Brasil. Trad. A. Löfgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.
- HAACK, F. Terá o Córrego Seco sido visitado pelos portugueses no longínquo ano de 1531? A História de Petrópolis. Disponível em <<http://ahistóriade petropolis.blogspot.com.br>>, 2013, Acesso: 27 set. 2016.
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 4ª edição, Editora da Universidade, Brasília, 1963.
- LACOMBE, Antecedentes Históricos; penetração para Minas; as sesmarias; In: Geopolítica dos Municípios, Rio de Janeiro, 1958.
- LAMEGO, A. R. O homem e a serra. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- LÉRY, Jean de (1534-1611): Viagem à Terra do Brasil. Tradução Sérgio Milliet, BIBLIEX, 1961. Disponível em <<http://www.ufscar.br/~igor/wp-content/uploads/lery>>, acesso em 22/08/2016.
- OLIVEIRA, R.R. Sustentados pela floresta: populações tradicionais e a Mata Atlântica. In Paisagem, espaço e sustentabilidade: uma perspectiva multidimensional da geografia. Org. João Rua, Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio 2007.
- \_\_\_\_\_. Os cenários da paisagem. In: OLIVEIRA, R.B. As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.
- RABAÇO, H.J. História de Petrópolis. Rio de Janeiro: Instituto Histórico de Petrópolis, 1985.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil São Paulo: EDUSP 2008.
- SAINT-HILAIRE, A. de. Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. São Paulo: Edusp, 1975.
- SALGADO-LABOURIAU, M.L. História ecológica da terra. São Paulo: Blucher, 1994.
- SHELLARD, A. H. de A. A Colonização Ecológica do caminho do Ouro: mineração e devastação no século XVIII. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, nº especial, p. 9-16, 2015.
- SOUZA, L. de M. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SPIX; MARTIUS. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. São Paulo: Edusp, 1981.
- TURNER, F. W. O Espírito Ocidental contra a natureza: mito, história e terras selvagens. Tradução João Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

WIED - NEUWIED, M.. Viagem ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em <<http://www.digitallibraries.com.br/mnm>>, Acesso em: 30 ago. 2016.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 4. n. 8, 1991.